

A Reestruturação Produtiva e as Novas Expressões do Trabalho na Atual Conjuntura

Talita Freire Moreira Anacleto¹

RESUMO

O presente trabalho examina algumas das questões mais significativas do debate contemporâneo sobre o tema trabalho e a reestruturação produtiva que vem sendo conduzida com o ajuste neoliberal, que implica a desregulamentação de direitos sociais, onde corta-se os gastos e transfere os serviços para o setor privado, ou seja na privatização dos programas sociais. O tema tem adquirido importância fundamental na justificação de políticas públicas em todo o Brasil, sobretudo porque permite analisar a questão social a partir da integração ativa de fenômenos econômicos e sociais, e também abordar aspectos da vida social de grande parte da população brasileira, como a pobreza e a exclusão social, que constituem grandes desafios aos regimes políticos e a estabilidade dos processos econômicos. A metodologia utilizada centrou-se na investigação empírica, através do estudo dos dados colhidos nos jornais de grande circulação do Brasil, referentes à década de 1990 e início do século XXI. Nesse sentido, o objetivo principal deste trabalho é discutir, de maneira preliminar, algumas hipóteses sobre a conjugação de exclusão social, pobreza, trabalho e reestruturação produtiva, entendido como estritamente relacionada à dinâmica política e sócio-econômica da atual da região.

INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende analisar os aspectos que convém lembrar, que a pobreza, já não é somente carência material. A mesma se multiplicou em todos os planos e

¹ Assistente Social formada pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
E-mail: talitafreire2003@yahoo.com.br

alastrou até mesmos em âmbitos da vida que nunca reconheceríamos como expressões de carências vitais.

Segundo, o relatório² de acompanhamento dos objetivos do milênio, divulgado, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que diz que um dos objetivos a serem alcançados pelos signatários da Declaração do Milênio - "reduzir à metade a pobreza extrema - renda per capita inferior a US\$ 1 - e a ocorrência da fome" - foi alcançado pelo Brasil em 2005, quando se reduziu de 8,8% (1990) para 4,1% o total da população vivendo com renda familiar per capita inferior a R\$ 40 por mês. Isso significou a retirada de 4,7 milhões de brasileiros da miséria. Em relação à fome, o parâmetro é a desnutrição proteico-calórica. O Brasil também superou este desafio em todas as regiões.

No entanto, ainda há 7,5 milhões de brasileiros vivendo em pobreza extrema e o Brasil se propôs a reduzir esta condição em 75% até 2015. Além disso, mesmo que tenham caído as desigualdades entre sexo, regiões e raças - a queda da miséria entre negros, pardos, nordestinos e residentes em áreas rurais foi mais intensa, em alguns casos, a um ritmo três vezes maior - o próprio relatório afirma que a pobreza tem cor e origem no Brasil.

Entretanto diante deste quadro, pode se dizer que a cultura da pobreza existe há décadas no Brasil, mas, com a propagação do neoliberalismo, essa maneira de ver e sentir as coisas encontra uma justificação perversa. De fato, para o neoliberalismo a existência de milhões de pobres não produz nenhum escândalo. Essas pessoas nada têm a reclamar, porque nada valem no mercado. Além disso, a economia não visa tirá-los da pobreza, mas produzir mais, vender mais, ganhar mais. Sendo assim:

As desigualdades sociais não se reduzem; ao contrário, repetem-se ou agravam-se. Uma história que se resume nas seguintes palavras: questão social, problema de polícia ou problema político. Uma história que revela a escassa "modernização" alcançada em determinadas esferas da sociedade, enquanto nas principais esferas da economia tudo parece muito próspero, diversificado e moderno. A mesma sociedade que fabrica a prosperidade econômica fabrica as desigualdades que constituem a questão social. (IANNI, 1998, p 52)

²² Relatório de dados sobre a pobreza publicada pelo Jornal O Globo em 2007. A Declaração do Milênio reúne os planos de todos os Estados-Membros da ONU, para melhorar a vida de todos os habitantes do planeta no século XXI.

Contudo, as políticas neoliberais aprofundam os problemas estruturais que estão na base da pobreza: a distribuição da riqueza, o capital social e as distorções sociais que o mercado gera enquanto atua sem controle social.

A metodologia utilizada para a realização deste trabalho centrou-se na investigação empírica, através do estudo dos dados colhidos nos jornais de grande circulação do Brasil e outras fontes de pesquisa, referentes à década de 1990 e início do século XXI. Nesse sentido, o objetivo principal deste trabalho é discutir, de maneira preliminar, algumas hipóteses sobre a conjugação de exclusão social, pobreza, trabalho e reestruturação produtiva, entendido como estritamente relacionada à dinâmica política e sócio-econômica da atual da região.

A crise do capitalismo em 1970 e o desenvolvimento da mundialização do capital, com o neoliberalismo e a reestruturação produtiva, sucederam uma alteração significativa na dinâmica do desenvolvimento capitalista. A falência das políticas keynesianas de bem-estar social e a hegemonia das políticas neoliberais expressaram mudanças na produção e reprodução do capital.

Sendo assim, as sociedades contemporâneas, vêm sofrendo profundas transformações, advindas dos resultados de enfrentamento da crise de acumulação capitalista. Tais transformações ocorreram principalmente no mundo do trabalho, dando origem ao processo de reestruturação produtiva. A ampliação do desemprego e da precarização do trabalho acentuam a vulnerabilidade dos trabalhadores, com repercussões nas conquistas trabalhistas. O ideário neoliberal constitui uma tentativa de reduzir estas garantias.

Segundo Antunes (2000), a organização do trabalho, baseada no padrão toyotista, tem uma produção mais vinculada à demanda, atendendo, no mercado consumidor, a exigências mais individualizadas; o trabalho operariado realizado em equipe, com multivariabilidade de funções; tem como princípio o just in time, maior aproveitamento possível de produção, funciona segundo sistema Kanban, placas ou senhas de comando para reposição de peças e de estoque, que devem ser mínimos no toyotismo.

O projeto neoliberal apareceu como estratégia hegemônica de reestruturação geral do capital face à crise, ao avanço tecnológico-científico, à reorganização geopolítica e às lutas de classe que se desenvolvem pós-70. O discurso que passa a ser

utilizado pelas lideranças políticas é o de retomada do crescimento econômico, da inserção do Brasil na economia internacional e da necessidade de redefinição do papel do Estado.

Através das relações entre o neoliberalismo e a crise geral da nossa sociedade podemos perceber que, ao lado da persistência da pobreza e do crescimento das desigualdades, ganham força velhos problemas. Estamos sendo perigosamente empurrados por uma cultura que radicaliza a ambição de possuir, acumular e consumir e substitui a realização das pessoas em comunidades participativas pelo êxito individual no mercado.

Com a reestruturação produtiva, pode-se perceber forte presença do toyotismo em que há uma nova organização do trabalho. Com a presença cada vez crescente de tecnologias, há mudanças no processo de trabalho. O trabalhador torna-se flexível. Faz-se necessário ser criativo. Diante das crescentes inovações, o trabalhador não é mais algo que possui um trabalho rotineiro, porém faz-se necessário que seja adaptado às inovações. Ser flexível, fazer de tudo um pouco, ao contrário, será descartado.

Uma das principais conseqüências do novo padrão de acumulação flexível é a intensificação do trabalho, que agrega a desregulamentação dos direitos trabalhistas, a fragmentação da classe trabalhadora, a precarização e a terceirização da força de trabalho, além do desmonte do sindicalismo classista.

O desemprego também aparece como uma estratégia política séria para reduzir a força da classe trabalhadora, ou seja, se forjaria uma crise no capitalismo para repor o exercito industrial de reserva. Assim, entende-se que a crise do fordismo foi uma crise de rentabilidade do capital e da presença de condições desfavoráveis a uma maior exploração da força de trabalho.

Uma das interpretações mais recorrentes do processo de transformação interna do capital tem encarado o desemprego como um fenômeno natural, conseqüência de um ajuste estrutural do capital, produzido pela introdução de novas tecnologias poupadoras da força de trabalho. Como a reestruturação produtiva encontrou nos sindicatos o principal obstáculo aos seus objetivos, a fragilização dos mesmos se tornou requisito fundamental para o bom andamento do processo de recuperação da lucratividade do capital.

A partir daí, podemos compreender que os supostos condicionantes tecnológicos inevitáveis são produzidos pelo sistema como tentativa de retomar o controle do capital sobre o trabalho.

No entanto, a realidade possibilitou que, apesar deste novo impulso nos movimentos sociais desde o processo de redemocratização, a política econômica do país fosse encaminhada no desmonte do serviço público responsável pela garantia dos direitos sociais e pela flexibilização dos direitos trabalhistas.

Essa conjuntura político-econômica marcada, de um lado pela crescente heterogeneidade do aumento da pobreza e do desemprego, enfim a crise de legitimidade aparece como a maior da atual conjuntura, já que corrói as bases da coesão social. Para aqueles mais vinculados à tendência neoliberal, a crise da política resulta de um excesso de demandas sociais e da incapacidade do Estado em processá-las.

O diagnóstico deste quadro problemático seria o excesso de Estado e a necessária liberalização da sociedade via o mercado. No plano institucional esta via se expressa na política dos ajustes e reforma do Estado; contrariamente, para outros, que pensam a sociedade de forma alternativa a normatividade neoliberal, a crise é gerada por uma hegemonia global em torno do mercado, que de um lado desorganiza internamente as sociedades periféricas e de outro dessocializa a economia, criando paradoxalmente sociedades sem sujeitos e aprofundando o fosso entre o social e a política.

Essas categorias analíticas e estratégicas, de caráter intermediário, mais flexíveis procuram apreender as novas formas de organização e interseção do tecido social nas suas relações diversificadas com a gestão da democracia, o fortalecimento da cidadania e o enfrentamento da pobreza.

A implementação desses novos arranjos, no entanto, nem sempre resultaram em políticas redistributivas nem no exercício da equidade social. Tampouco o seu exercício tem favorecido a autonomia das instâncias locais ou comunitárias, acabando por constituírem-se, muitas vezes em novas formas de segregação da pobreza, aprofundando práticas predatórias como o clientelismo, assistencialismo e o paternalismo reconvertendo estas ações em favor de interesses particularistas de grupos econômicos locais ou extra-locais, sem universalização das regras democráticas.

No plano estrutural, das políticas sociais, as alternativas têm sido encaminhadas a partir de políticas transversais de inserção, que contemplem ao mesmo tempo a formação da renda e a inserção nas redes sociais de assistência, de serviços públicos e integração social. Na base dessas políticas geradoras de renda e da integração social, encontra-se um diagnóstico da questão social que analisa o processo de vulnerabilidade social, entendida pela conjugação entre precarização do trabalho e fragilidade dos suportes relacionais. Vale ressaltar que:

A questão social está elementarmente determinada pelo traço próprio e peculiar da relação capital/trabalho a – exploração. A exploração, todavia, apenas remete a determinação molecular da ‘questão social’; na sua integralidade, longe de qualquer incausalidade. Ela implica a intercorrência de componentes históricos, políticos, culturais etc. Sem ferir de morte os dispositivos exploradores do regime do capital, toda a luta contra as suas manifestações sócio-políticas e humanas (precisamente o que designa por ‘questão social’ está condenada a enfrentar sintomas, conseqüências ou efeitos). (NETTO, 2001, p 45).

Sendo assim, os vínculos que se estabelecem entre democracia e política social é sempre ambivalentes, uma vez que enquanto a universalização e a homogeneização dos Direitos não sejam alcançadas ou concluídas estas políticas aparecem restritas a um compromisso corporativista do núcleo estável dos trabalhadores assalariados e funcionários do Estado, podendo aparecer como um sentido inverso, ou seja, como fracionamento das situações econômicas, entre os integrados e os não integrados ao sistema de seguridade, que podem levar a formas de dependência políticas de caráter antidemocráticas, clientelistas, aparecendo como operações políticas puramente assistencialistas ou de caráter filantrópicas; a um assistencialismo populista, que pode fundar um neoclientelismo ou ainda, conduzir a políticas de cunho eminentemente repressivas.

Nesse contexto, desaparece como horizonte à preocupação pela qualidade de vida geral da população, que antes se expressou nos chamados Estados de Bem-Estar. Desaparecendo o sentido de espaço público.

Buscamos então, resgatar as novas expressões da questão social no Brasil relacionando-as a totalidade histórica em que se inserem. Temos como pressuposto de

análise a hipótese de que a atual configuração do capitalismo monopolista produz índices crescentes de violência e criminalização, hoje isso pode ser estatisticamente comprovado em todos os países que incorporaram o Consenso de Washington e suas políticas criminais.

Este contexto, construído pela lógica neoliberal, pretende remediar, nos termos do sociólogo Loic Wacquant³, com um “Mais Estado” Penitenciário e Policial um “Menos Estado” social.

O desmonte do Estado de Bem Estar, segundo o autor, abriu caminho para a construção do Estado Penal, que comprova o deslocamento da população desassistida pela destruição dos programas sociais e sua relocação no sistema penitenciário.

Onde o Estado brasileiro passa a ser mais policial e penitenciário e menos social criando bases para instituir o chamado ‘mito das classes perigosas’. Fazendo com que ao longo dos três últimos séculos a pobreza seja identificada, no Brasil, com as ‘classes perigosas’, resultando na marginalização sobre os ‘excluídos do trabalho’ onde os mesmos são responsabilizados pela perda e/ou dificuldade em conseguir alguma colocação no mercado.

Nesse sentido, procuraremos recuperar a partir de uma análise histórica que prioriza o protagonismo das classes, a natureza excludente e conservadora dos pactos políticos que conduziram o processo de produção capitalista, pois as relações trabalhistas foram historicamente marcadas pela naturalização das desigualdades sociais.

A abordagem vinculada faz uma análise de um processo que está além da exclusão do emprego. Em que a vulnerabilidade dos pobres trabalhadores e desempregados se expressa não só no aumento da exclusão do emprego, mas também dos vínculos empregatícios.

A lógica dessa exclusão nos leva a compreender que ao lado de uma economia moderna existem milhões de pessoas excluídas de seus benefícios, assim como serviços proporcionados pelo governo. As pessoas foram “incluídas de forma excludentes”⁴ por

³ Em seu livro *Punir os Pobres A nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Revan, 2003, Lóic recompõe o trajeto do discurso de defesa das estratégias coercitivas sobre a delinquência que resultaram no desenvolvimento de um Estado Penal e acompanham as conseqüências dessa política que é uma forma de velar os efeitos de uma outra política econômico-social que marginaliza uma parcela da população.

⁴ Para tal conceito ver MARTINS, José de Souza. *A sociedade vista do abismo: Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

processos de mudança social, política ou econômica. Numa inclusão limitada no qual o acesso aos bens de serviço fica restrito não incluindo grandes segmentos da população aos setores da modernidade das sociedades.

Contudo, a punição que vem sendo sofrida pelos pobres com a criminalização da questão social vem se dando com a reconfiguração do Estado, onde gastos na área social aumentaram, mas com políticas compensatórias, que são políticas paliativas, que não geram cidadania, ou seja, “políticas pobres para os pobres”.

Portanto, o país que conheceu a cidadania regulada⁵ ao mundo do trabalho, com a desregulamentação do mesmo, a cidadania passa então a ser ligada ao consumo. Sendo assim, os pobres, assim como as elites e a classe média, descobriram que na sociedade contemporânea o consumo ostensivo é um meio de afirmação social e definição de identidade. Nesse sentido:

A articulação entre a lei, a cultura e as tradições explicitam os aspectos mais autoritários de uma sociedade em que os direitos nunca foram formulados segundo uma noção de igualdade, mas na ótica da proteção de um Estado benevolente. As diferenças sociais são transformadas em hierarquias que criam a figura do subalterno que tem o dever da obediência, onde a proteção se torna um favor. Contudo, a privação dos direitos põe em foco como as diferenças sociais são percebidas no espaço social. (TELLES, 2001, p 57).

Sendo assim, através dessa articulação, podemos analisar o desemprego e as novas formas de vínculos empregatícios, no qual podemos perceber como vem sendo aplicadas a chamada flexibilização do trabalho, modo de escapar da pressão sindical, e a instabilidade nas relações entre trabalho e pobreza.

A economia e a sociedade, a produção e as condições de produção, o capital e o trabalho, a mercadoria e o lucro, o pauperismo e a propriedade privada capitalista reproduzem-se mutuamente. O pauperismo não se produz do nada, mas da pauperização. O desemprego e o sub-emprego são manifestações dos fluxos e refluxos dos ciclos dos negócios, a miséria e a pobreza, em geral, são ingredientes desses processos.

⁵ A esse respeito consultar: SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira, 2ed., Rio de Janeiro, Campus, 1987.

Dessas análises apresentadas, nos atenta concluir que a miséria é produzida pelo próprio capital de forma cada vez mais intensa nas sociedades que ele domina. O capital goza de benefícios para existir como produtor da miséria, aumentando a crise econômica, da mesma forma o desemprego, a informalidade, a miséria e a desigualdade social.

Uma das interpretações mais recorrentes do processo de transformação interna do capital tem encarado o desemprego como um fenômeno natural, conseqüência de um ajuste estrutural do capital, produzido pela introdução de novas tecnologias poupadoras da força de trabalho. Essa idéia de existência de um determinismo tecnológico tem acarretado conseqüências sérias no interior do movimento dos trabalhadores. Então, podemos compreender que os supostos condicionantes tecnológicos inevitáveis são produzidos pelo sistema como tentativa de retomar o controle do capital sobre o trabalho. Porém, entendemos que essa percepção de que a sociedade está sujeita a chamada mão invisível do mercado, corresponde a uma idealização neoliberal da esfera econômica.

O novo modelo de gestão capitalista, conhecido como toyotismo, gerou uma flexibilização generalizada no mundo do trabalho que atingiu a organização do trabalho, nas fábricas e nos serviços. Tal processo tem intensificado a demanda dos setores empresariais de alteração no campo da legislação, principalmente no que tange à Consolidação das leis Trabalhistas, firmada ainda no governo Vargas.

As mudanças na lei do trabalho de acordo com os pressupostos neoliberais foram implementadas principalmente no governo de Fernando Henrique Cardoso e, apesar de esse ser o discurso que justificava tais modificações, não aumentaram o nível de emprego no Brasil. Desde janeiro de 1995 houve alterações para flexibilizar a lei trabalhista.

Dessa forma, ao mesmo tempo em que reafirma a manutenção da acumulação capitalista, ainda que sob novos patamares, tem especificações no processo de organização do trabalho, nas ações do Estado e nas ações do mercado. A dinâmica deste processo assume feições diferenciadas em função do grau de desenvolvimento das forças produtivas, das organizações dos movimentos dos trabalhadores, em seus órgãos representativos e pelas particularidades de nossa formação econômico-social.

Nos anos 1990 e em pleno século XXI, o processo de reestruturação produtiva favoreceu a globalização, abertura do mercado interno e as inovações tecnológicas de organização e gestão da força de trabalho. Juntamente com o aumento do desemprego e da precarização do trabalho. No Brasil, as relações de trabalho foram historicamente marcadas pela vulnerabilidade nas garantias sociais, ou seja, grande contingente da força de trabalho permanecendo à margem do sistema de proteção social advindo do trabalho formal.

Apesar do avanço na legitimidade das políticas sociais com a CF de 1988, a década de 90 não se constitui em ambiente favorecedor à ampliação dos direitos sociais. As transformações nos padrões de acumulação capitalista, ocasionadas pelas inovações tecnológicas, a globalização e as crises do sistema financeiro, são responsáveis pela ocorrência de um turbilhão de modificações no mercado de trabalho e na vida dos indivíduos.

Neste sentido, as mudanças no mundo do trabalho⁶ e no âmbito do Estado recolocam em níveis alarmantes as dimensões quantitativas da pobreza, expressando através do desemprego, subemprego, precarização do trabalho, trabalho precoce e o desmonte das políticas públicas.

Portanto, o projeto neoliberal encontrou na sociedade brasileira graus alarmantes de desigualdades, gerando no país uma sociedade heterogênea nas novas formas de domínio do capital sobre o trabalho e na reatualização das antigas formas. Trazendo mudanças como a reprodução da força de trabalho mal remunerada e o não acesso aos direitos sociais.

Entretanto, a distribuição mais igualitária da renda, a erradicação da pobreza e a elevação dos níveis de renda da população em geral constituem grandes desafios do país. E diante da complexidade de cada um deles, é preciso deixar claro que não há soluções simples e isoladas. E só serão superadas através da articulação das lutas sociais em torno de uma sociedade mais justa e de uma perspectiva emancipatória de democratização das relações Estado/Sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

⁶ Para essa definição ver ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

Conforme registrou a assistente social e professora Marilda Vilela Yamamoto,

Vivemos numa época de regressão de direitos e destruição do legado das conquistas históricas dos trabalhadores, em nome da defesa quase religiosa do mercado e do capital, cujo reino se pretende a personificação da democracia, das liberdades e da civilização. A mistificação inerente ao capital, enquanto relação social alienada, que monopoliza os frutos do trabalho coletivo, obscurece a fonte criadora que anima o processo de acumulação em uma escala exponencial no cenário mundial: o universo do trabalho. (IAMAMOTO, 2004, p 1).

Compreender as mazelas da questão social na contemporaneidade implica compreender os complexos nexos do universo do trabalho e os custos sociais promovidos pela avalanche neoliberal que nos assolou na década de 1990 e ainda persistem no século XXI, quando:

Intensifica-se a investida contra a organização coletiva de todos aqueles que destituídos de propriedade, dependem de um lugar nesse mercado, cada dia mais restrito e seletivo, que lhes permitam produzir o equivalente de seus meios de vida. Crescem com isso as desigualdades e, com elas, o contingente de destituídos de direitos civis, políticos e sociais. Esse processo é potencializador pelas orientações (neo) liberais, que capturam os Estados nacionais, erigidas, pelos poderes imperialistas, como caminho único para animar o crescimento econômico, cujo ônus real recai sobre as grandes maiorias. (IAMAMOTO, idem).

Consideramos também que o Brasil foi alvo de estratégias econômicas na sua inserção no cenário internacional, sendo influenciado ideologicamente por organismos

multilaterais. Isso nos ajuda a compreender as modificações no mundo do trabalho intensificadas com a precarização das relações sociais.

A noção de pobreza, atualmente é o que vem norteando as políticas sociais, alertando para o fato que não há possibilidade de conceituação ou aplicação do conceito de pobreza e da categoria questão social, sem a visão da totalidade das relações sociais e econômicas, e do sistema capitalista. Não considerar a pobreza e a questão social inseridas nesse contexto e como produtos deste, implica o uso despolitizado destes termos. Isto implica em conceber as mazelas do sistema como algo natural e inerente aos seres humanos, no sentido de fortalecer a exploração da maioria da humanidade.

As fontes internacionais apontam aumento da pobreza e das desigualdades na última década e mostra que o Brasil, 10% brasileiros mais pobres recebem 0,9% da renda do país, enquanto os 10% mais ricos ficam com 47,2%. Segundo a Unicef, seis milhões de crianças (10% do total) estão em condições de “severa degradação das condições humanas básicas, incluindo alimentação, água limpa, condições sanitárias, saúde, habitação, educação e informação”. Com 53,9 milhões de pobres, o equivalente a 31,7% da população, o Brasil aparece em penúltimo lugar em termos de distribuição de renda numa lista de 130 países. É o que mostra estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).⁷

Neste sentido, podemos compreender as formas e resultados da acumulação capitalista, onde a pobreza é fruto dos antagonismos e contradições inerentes às condições de produção, as relações que produzem a riqueza e a pobreza, onde trabalhadores produzem riqueza, através da utilização de seu trabalho.

A pobreza na modernidade assume contornos cada vez maiores e com traços particulares e dramáticos, tal qual sua extensão, profundidade e complexidade. A pobreza atualmente está presente em inúmeras regiões e países, de maneira nunca vista anteriormente e com o surgimento de outros determinantes que tornam possível vivenciarmos uma globalização da pobreza. E também não podemos deixar de mencionar a forma como o capital trata a questão social atualmente, de maneira a naturalizar suas desigualdades, presente em todos os lugares e com formas diferenciadas.

Falar de ‘questão social’ é falar da divisão da sociedade em classes e apropriação desigual da riqueza socialmente

⁷ Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, divulga em Brasília. Agência de Notícias do Terceiro Setor. Por Marcio Demari, Diretor Presidente do Planeta Voluntários – Brasil, em 5-4-10

gerada. Dessa forma, afirma colocar em questão a luta pela apropriação da riqueza social. Questão que se reformula e se redefine, mas permanece substantivamente a mesma por se tratar de uma questão estrutural, que não se resolve numa formação econômica social por natureza excludente. Questão que na contraditória conjuntura atual (...) assume novas configurações e expressões. (YAZBEK, 2000, p 33).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Denise Barbosa Milward de. O processo de reestruturação produtiva e as novas demandas organizacionais do serviço social. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Brasília: UNB, 1999, p.173-186.

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo, Boitempo, 2000.

_____. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. Classe Operária, Sindicatos e Partidos no Brasil: da Revolução de 1930 até a ANL. São Paulo: Cortez, 1982.

BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos: Nova Edição*. Campus. 2004

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil o Longo Caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2004

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da Questão Social*. Petrópolis: Vozes, 1998.

IAMAMOTO, Marilda V. e **CARVALHO**, Raul de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1995.

IAMAMOTO, Marilda V. *O Serviço Social na Contemporaneidade. Trabalho e Formação Profissional*, São Paulo, Cortez, 1998.

IANNI, O. A Questão Social. In: *Dossiê 100 Anos da República*. Revista USP, nº 3. São Paulo, 1990. p. 43-52.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência: Uma Antologia da Obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MARTINS, José de Souza. *A sociedade vista do abismo: Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MENDONÇA, Sônia Regina de. *As Bases do Desenvolvimento Capitalista Dependente*. In: LINHARES, Maria Yedda (org). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

MOTA, Ana Elizabete. *Cultura da Crise e Seguridade Social*. São Paulo/SP: Cortez, 1995.

NETTO, José Paulo. “Cinco Notas a Propósito da ‘Questão Social’ “Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social” – ABEPSS, nº 3, Rio de Janeiro: Granfile, 2001, p 41-50.

_____. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, Isabela Fadul. *Reforma da CLT e a Flexibilização do Direito do Trabalho*. In *Emprego e Desemprego*. Salvador: SEI, 2003.

POCHMANN, Marcio. *Adeus a CLT? - O Eterno Sistema Corporativo de Relações de Trabalho no Brasil*. In: Novos Estudos CEBRAP, nº 50, p. 149-166. Campinas: UNICAMP, 1998.

_____. *A inserção ocupacional e o emprego dos jovens*. São Paulo. Associação Brasileira de Estudos do Trabalho – ABET, 1998.

_____. *O Emprego na Globalização*. São Paulo/SP: Boitempo, 2001.

_____. *Atlas da Exclusão Social no Brasil – Vol. 2*. São Paulo: Cortez, 2003.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira*, 2ed. Rio de Janeiro, Campus, 1987.

SERRA, Rose M. S. *Trabalho e Reprodução: enfoque e abordagens*. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: PETRES-FSS/UERJ, 2001.

SOARES, Laura Tavares. *O Desastre Social*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____. *Ajuste Neoliberal e Desajuste Social na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2001.

TELLES, Vera da Silva. *Pobreza e Cidadania*. São Paulo: USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia: Ed.34, 2001.

WACQUANT, Loïc. *Punir os Pobres: A nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Revan, 2003. (n.71). Editora Cortez, 2002. P.45-62.

YASBECK, M. C. *Classes Subalternas e Assistência Social*. São Paulo: Editora Cortez, 1996.

_____. *Pobreza e Exclusão Social: Expressões da Questão Social no Brasil*. In *Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - nº 3*, Rio de Janeiro: Granflin, 2001, p 33-40.

FONTES VIRTUAIS DE CONSULTA:

Agência de Notícias do Terceiro Setor. Por Marcio Demari, Diretor Presidente do Planeta Voluntários – Brasil, em 5-4-10